

---

PORTUGAL E A NATO

---

*Vaz Pereira*

---

## PORTUGAL E A NATO (\*)

---

### I

A relação entre Portugal e a NATO, no seu conjunto, não é difícil, antes pelo contrário.

É, sem dúvida, uma relação complexa que tem sido muitas vezes pouco clara e definida, levantando hesitações e dúvidas.

Para compreender melhor essa relação e as interrogações que ela nos põe julgo que conviria fazer, para começar, uma pequena digressão de ordem histórica.

Por que é que fazemos parte da NATO?

Julgo ser doutrina quase que universalmente aceite entre nós que assim acontece porque precisamos de garantir a nossa segurança externa e, não tendo capacidade para o fazer isoladamente, continua válido o princípio tradicional e fundamental da nossa política exterior e de defesa — se é que se podem mencionar os dois aspectos separadamente — de nos aliarmos com a chamada potência marítima.

Penso, aliás, que a chamada «opção europeia» não veio invalidar a linha geral da nossa política exterior durante séculos: pelo contrário, harmoniza-se com ela.

Se a posição de Portugal, nos tempos passados, era mais puramente atlântica e marítima — e não temos razões para pôr em dúvida o bom senso dos nossos antecessores que pensavam que Portugal só tinha a ganhar em não se envolver nos problemas continentais — a verdade é que nesses tempos os conflitos de que nos queríamos afastar verificavam-se na Europa Ocidental; o mais provável agressor estava ao pé da porta, e a potência marítima era a Inglaterra.

O Mundo, no entanto, mudou, a grande linha da fractura deslocou-se para Leste, e as potências tradicionais europeias, perante a grandeza

---

(\*) Conferência proferida ao Curso de Defesa Nacional, no IDN, em 8 de Maio de 1986.

da ameaça que as enfrenta, tiveram que unir-se e recorrer à aliança com uma nova potência marítima extra-europeia.

Atrever-me-ia a dizer que de todos os 16 parceiros da NATO só dois, Portugal e até certo ponto a Grã-Bretanha, mantiveram, embora com as necessárias adaptações, as grandes linhas de política externa que foram sempre as suas.

Foram os outros parceiros continentais que mais tiveram que mudar e adaptar-se, e daí, talvez, as suas dificuldades, e os seus ressentimentos.

Neste momento histórico, e colocados os países europeus ocidentais entre o gigantismo das duas superpotências, a única alternativa possível à NATO seria a unidade europeia, dado que a Europa, no seu conjunto, tem recursos humanos e riqueza comparáveis aos dos EUA e da URSS.

Mas até para a hipotética construção dessa unidade o escudo da NATO seria necessário, e por muitos anos.

E aqui conviria lembrar que, para além do nosso interesse em aderir à NATO por razões de segurança nacional, que são indiscutivelmente a nossa motivação fundamental, julgo que temos também um dever, que não é apenas moral, de pertencer e dar o nosso contributo à Aliança, pelo menos enquanto ela for a única garantia de sobrevivência da civilização a que pertencemos.

Se assim é para a Europa Ocidental em geral, haveria outra alternativa para Portugal?

Julgo que ninguém, seriamente, pensou em mudar-nos de Bloco.

Quanto ao neutralismo, que não deixou de tentar alguns espíritos, bem sei que em condições muito especiais do nosso passado recente, haveria que ter em conta que nos deixaria ao sabor dos acontecimentos, e dos desígnios dos outros. E não se diga que, nos dias de hoje, não enfrentamos perigos externos. A ausência de meios de defesa faria que, quase fatalmente, tais perigos aparecessem.

A neutralidade armada é muito cara, e não está ao nosso alcance. Além disso, e na maior parte dos casos, essa neutralidade não representa uma autêntica escolha nacional, mas é imposta por dados geoestratégicos e políticos — basta olhar para o mapa da Europa.

Se, como acima disse, a nossa relação com a Aliança não é difícil, nem sempre assim foi no passado, pois a nossa fidelidade à NATO, para além da adesão ao Tratado do Atlântico que os interesses portu-

gueses impunham, era o preço que tínhamos que pagar para equilibrar as reservas que levantavam junto de muitos aliados tanto o nosso regime político até ao 25 de Abril, como a nossa política africana.

Nesse circunstancialismo, habituámo-nos a não ter voz na organização, tentando não levantar problemas nem nos fazer notados. Essa voz não é, ainda hoje, suficientemente forte, mas não penso que tivesse sido possível mudar as características da nossa relação com a NATO num curto espaço de tempo, como o que decorreu desde 1974.

Por outro lado, uma guerra colonial longa de treze anos, provocou uma distorção extremamente séria na estrutura das nossas Forças Armadas, caracterizadas pelo gigantismo dos efectivos e pelo emprego de material relativamente ligeiro e pouco sofisticado, o que viria a tornar a componente militar portuguesa totalmente dasadaptada, não só às missões da NATO, mas mesmo às missões puramente nacionais.

Um outro aspecto, e não menos grave dessa situação, foi o de Portugal, tanto ao nível governamental como militar — e isto sem falar do público em geral — se ter desinteressado dos problemas da Aliança no seu conjunto.

Pouco temos pensado e pouco temos contribuído para a discussão dos problemas extremamente complexos que dizem respeito às relações Leste-Oeste nos seus aspectos políticos, económicos e militares. Pouca atenção temos dado aos problemas internos da Aliança, designadamente à relação Europa-Estados Unidos. Tem sido muito limitada a nossa intervenção no debate sobre as grandes linhas da estratégia militar da Aliança.

Convém não esquecer que exactamente durante o período em que a África nos absorvia as atenções, a NATO passava por uma radical alteração de doutrina que transformou, de maneira muito importante, a participação dos diversos aliados, exigindo deles uma maior contribuição para o esforço comum de defesa.

Durante longos anos tanto as Forças Armadas como a diplomacia portuguesa concentraram as suas atenções e os seus esforços na defesa dos antigos territórios ultramarinos.

Terminada a guerra, e independentes aqueles territórios — e não falo naqueles felizmente breves anos após a queda do antigo regime em que as preocupações foram outras e mais imediatas — não é de surpreender que só muito vagarosamente as atenções nacionais se come-

cassem a dirigir quer à NATO e à nossa presença na Aliança, quer aos problemas da Defesa Nacional.

Mas é forçoso reconhecer que da NATO passamos a pensar quase exclusivamente a propósito dos nossos problemas imediatos que, eventualmente, pudessem ser resolvidos com a ajuda aliada.

Com efeito, e até 68, a doutrina da retaliação maciça punha na umbrela nuclear estratégica dos Estados Unidos quase todo o ónus da defesa do Ocidente.

Com a adopção da doutrina da resposta flexível e graduada, no ano de 1968, os aliados europeus passaram a ter que contribuir para a defesa comum com meios militares muito mais importantes, e o processo de consulta e decisão política tornou-se muito mais frequente e difícil, mas imprescindível.

Muitas vezes, quando olhamos para a crescente complexidade das interligações entre os Aliados, temos a tendência para nos deixar impressionar pelas crises que a Aliança atravessa, e aqui falo das opiniões públicas nos países aliados no seu conjunto, e não na de Portugal em particular.

Um bom exemplo é a recente discussão sobre a iniciativa de defesa estratégica.

Mas a verdade é que muitas outras crises se verificaram no passado — e só nos tempos mais próximos posso lembrar-me, para dar apenas alguns exemplos, da dupla decisão de 1979, da compra de combustíveis à União Soviética por certos países Europeus, e dos problemas do Burden-Sharing e da Emenda Nunn.

Outros problemas, embora sem se revestirem junto do público do aspecto de crise, estão sempre presentes como pano de fundo — e mais uma vez dou apenas exemplos — as operações «Out-of-Area», a guerra química, as reavaliações da doutrina militar, quer táctica quer estratégica, o problema do reequipamento convencional, as questões de desarmamento ou os movimentos pacifistas. O mais recente pomo de discórdia foi o caso da Líbia (e esse revestiu aspectos de autêntica crise), mas não caberá aqui referir-me mais longamente ao problema.

Assuntos semelhantes são causa de desentendimentos ou dificuldades, mas a tendência é sempre para a sua solução e, como resultado final, a Aliança tem sobrevivido, e bem, apesar da maior parte desses dife-rendos terem como razão profunda uma realidade constante — a fraqueza

e a desunião da Europa, que só na Aliança tem compensação e correctiva. E a Aliança, sobrevivendo, tem também conseguido alcançar o seu objectivo: manter a paz na Europa e no Mundo.

Passando, porém, do geral para o particular, do estado da Aliança para a nossa relação com ela, o que é que poderemos dizer?

Para começar, e pelas razões históricas que já acima indiquei, há em Portugal uma grande ignorância, ou, pelo menos, um conhecimento muito insuficiente, em relação à NATO. Essa ignorância, que deve preocupar-nos, mas que pode ser corrigida e é, com certeza, ultrapassável, diz respeito à história e evolução da Aliança, aos problemas que enfrenta e aos objectivos que tem em vista, ao modo como funciona, e até à sua natureza.

Há hoje em Portugal, tanto entre os militares como entre os civis, muitos especialistas que dedicam aos problemas de segurança e de defesa, e à NATO em particular, o melhor da sua atenção e uma reflexão sistemática e persistente.

Escreve-se hoje sobre estes temas com uma frequência, e a um nível de qualidade, que seria impensável há poucos anos atrás. Um princípio de debate nacional parece desenhar-se sobre matérias que são de importância vital para a própria sobrevivência da Nação livre e soberana.

Mas largos estratos de ignorância ou desinteresse persistem ainda, às vezes mesmo entre os responsáveis. Julgo que para isso contribuem muito a própria lembrança da guerra colonial, que afasta os espíritos do estudo dos problemas de defesa, as dificuldades económicas ou políticas que monopolizam as atenções e limitam os recursos financeiros indispensáveis, a maneira desinformada como a imprensa, com honrosas, mas poucas excepções, noticia ou analisa estes assuntos, a inexistência de estudos de defesa, de estratégica e mesmo de política internacional nas escolas e nas universidades.

Haverá, por exemplo, uma consciência generalizada de que a NATO é uma aliança de países soberanos, e não uma comunidade, como o Mercado Comum?

Quando se repete que a NATO não nos ajuda, fico com a convicção que muitos julgam que a organização gere fundos próprios, de que nos poderia distribuir uma parte.

Conhecem-se a estrutura, e o funcionamento da NATO?

Leio num jornal o título «a NATO vai comprar munições a Portugal» e vejo no corpo da notícia que o Presidente da Assembleia do Atlântico Norte é da opinião que a NATO nos poderia comprar munições. Foi o Presidente, não a Assembleia, que o disse, e a Assembleia não faz parte da NATO.

Diz-se que o já famoso grupo *ad-hoc* deve resolver o problema das nossas fragatas? O grupo não é um órgão da mesma NATO, e na realidade, só existe quando é convocado, não pode decidir seja o que for, apenas estuda e dá uma opinião.

Quere-se que o Secretário-Geral decida um assunto? O Secretário-Geral não tem poderes (embora tenha grande influência) além do de dirigir o Secretariado. Quem tem poderes de decisão é o Conselho no seu conjunto.

E a respeito deste, ou daquele problema concreto? Sabe-se se é decidido pelo Conselho, pelo DPC, pelo Comité Militar, ou pelos grandes comandos?

Deixando por agora este tipo de considerações (embora a elas tenha de regressar mais adiante), voltemos ao ponto principal: qual é a política portuguesa quanto à NATO?

Essa política é, no meu entender, muito limitada, mas não creio que pudesse ser muito diferente, pelo menos para já, pois não vejo que a pudéssemos modificar, melhorar, e tornar mais activa de um momento para o outro.

Em termos muito largos, digamos que a nossa política é a de fidelidade e cooperação com a Aliança e, através dela, garantir a nossa segurança externa a nível colectivo e procurar obter a reorganização, modernização e reequipamento das nossas Forças Armadas.

Ao nível dos grandes temas, por seu lado, a nossa atenção tem-se concentrado praticamente em dois pontos: a entrada da Espanha na NATO (em especial o problema dos comandos) e a valorização das nossas posições geoestratégicas.

Trata-se, evidentemente, de parâmetros que correspondem às nossas preocupações, necessidades e objectivos, mas não talvez a todos, nem de maneira totalmente satisfatória, pois deixam de fora muitos aspectos fundamentais que, para nosso próprio interesse, não deveríamos ignorar.

Efectivamente, julgo que em Portugal se pensa pouco na NATO — apesar das constantes afirmações de solidariedade — e, quando se pensa, isso acontece quase sempre de um ponto de vista puramente nacional.

Claro que esse ponto de vista deverá ser o fundamental para nós, mas será perigoso não ter presente os pontos de vista da Aliança na sua generalidade, e os pontos de vista particulares dos nossos parceiros. Sem uma visão clara, quer das realidades, quer da opinião dos outros, podemos ser levados a erros de apreciação, ilusões perigosas e esperanças frustradas.

O facto de sermos membros fundadores da NATO tem resultado num certo desinteresse pelo que é, de certo modo, considerado como um facto da vida. Nos tempos mais recentes a integração europeia tem monopolizado as atenções, em contraste com a pertença na NATO, que dura há dezenas de anos e que, para as gerações mais novas, faz parte dos dados adquiridos da vida nacional, com os quais não valerá a pena preocupar-se.

E, aqui, conviria acentuar que não tem sido suficientemente explicado que a NATO, para além do seu valor como aliança de defesa, constitui a base sólida de quase tudo mais: sem NATO não teria havido CEE, nem EFTA, nem OCDE, nem Conselho da Europa, e a lista poderia ser muito mais longa.

Estas são realidades que deverão estar sempre presentes no nosso espírito, mas não é só no desconhecimento delas pela opinião pública portuguesa que se baseia o nosso desinteresse pela NATO. A verdade é que é muito difícil interessar-se, estudar e formar opiniões fundadas sobre os problemas da Aliança quando não conseguimos ainda dedicar, como é absolutamente necessário, a devida atenção aos problemas da nossa própria defesa, quando não conseguimos constituir uma doutrina coerente de defesa nacional, nem desenvolver o seu respectivo conceito geoestratégico.

Contribuições existem, em número e em qualidade, mas impõe-se que essas contribuições, com a reflexão que sobre elas for feita pelos responsáveis ao nível do Governo, das Forças Armadas e da Administração, se possam harmonizar num todo coerente, e que dessa reflexão saiam resultados nacionalmente aceites.

Será igualmente forçoso acrescentar que, por razões que não me compete discutir, não nos foi ainda sequer possível montar o mínimo

de estrutura necessária; ao fim de largos anos, e apesar dos esforços de muitos, não existe um autêntico Ministério da Defesa, que se reduz, praticamente, ao Gabinete do Ministro.

O Ministério dos Negócios Estrangeiros só desde há um mês ou dois passou a dispor de serviços e pessoal que se dediquem ao estudo e andamento dos grandes problemas de política internacional de defesa.

Não existe uma articulação institucionalizada entre os dois ministérios, apenas a que resulta dos contactos pessoais, é certo que contínuos e frutuozos, mas evidentemente precários.

Assim, tanto no campo político como no militar é difícil darmos resposta reflectida e fundamentada, e resposta que seja verdadeiramente nacional, aos problemas e interrogações que se põem todos os dias (posso dizê-lo por experiência própria), à decisão e à resposta dos Aliados.

Que atenção temos dado à estratégia militar da NATO, aos planos que se baseiam nessa estratégia, à avaliação global ou regional das ameaças, às missões necessárias para lhes fazer frente? Tudo parece distante e não nos dizer directamente respeito, mas é a partir dessas ameaças e desses planos que se estabelecem objectivos e se calcula a atribuição de forças ou de infra-estruturas indispensáveis.

E aqui é forçoso reconhecer o fundamento da opinião, que já acima citei, de que não temos voz na Aliança, mas esclarecendo o que na realidade isso significa.

A nossa voz vale tanto como qualquer outra — não podemos esquecer que esse facto constitui uma das traves mestras da Aliança. Mas, para que essa voz seja ouvida, é preciso falarmos, e não apenas do que directamente nos diz respeito. Não somos ouvidos não porque não tenhamos direito a falar, mas porque nos calamos. E calamo-nos porque não temos resposta ao que nos perguntam, nem opinião sobre o problema que se discute. E o mais grave é que a solução de ficarmos calados não quer dizer que fiquemos alheados da decisão.

Quer dizer, sim, que concordamos, pois assim acontece numa organização como a NATO que funciona por consenso. Não concordamos, porém, de uma maneira activa, o que faz com que à nossa concordância não seja dada, tantas vezes, a importância que desejaríamos. Não basta ir com o consenso, é necessário ajudar a construí-lo.

Não quero insinuar que com uma voz mais activa pudéssemos, sozinhos, modificar orientações ou decisões. Nem países muito mais poderosos e influentes o podem fazer, como seria fácil de exemplificar.

Mas se, para além de uma simples concordância pelo silêncio, poderemos dar as nossas razões para concordar, ou as dúvidas que temos quanto a uma solução, a nossa posição será sempre muito mais fácil, quando, em relação a um princípio que aceitamos, descobriremos mais tarde inconvenientes na sua aplicação prática e tivermos a possibilidade de relembrar uma reserva, dúvida ou discordância anteriores.

## II

Falarei agora das vantagens que tiramos da NATO.

Falando de uma maneira mais particular, das vantagens em matéria de defesa nacional, devemos distinguir vantagens de um tipo mais geral de outras, mais concretas, que serão, por assim dizer contabilizáveis.

É evidente que a primeira, e maior vantagem que retiramos da NATO, é o facto de ela assegurar a nossa defesa externa, o que não estamos em condições de fazer isolados.

Mas essa garantia não pode separar-se das vantagens que resultam de pertencermos a um pequeno grupo constituído por alguns dos países mais fortes, evoluídos e ricos do mundo.

Se, como nós, um país quer ter uma projecção internacional que não é apenas europeia, não será certamente indiferente a terceiros que façamos parte de um dos núcleos de poder mundial, e que participemos nas suas políticas e decisões.

Temos vantagens em participar na consulta e cooperação política entre os países da NATO — que existe em muitos *fora* internacionais — o que nunca nos impediu de seguir a nossa própria linha de orientação em áreas que nos interessam.

Julgo que deveria mencionar aqui, também, uma vantagem da nossa pertença à NATO que é de grande importância mas que, por razões óbvias, não recebe a atenção que mereceria: o enorme fluxo de informação (que não é só de natureza militar) que nos é facultado diariamente e que jamais estaria ao nosso alcance obter usando meios próprios.

Passando a aspectos mais puramente militares, não podemos esquecer que a Aliança nos permite um contacto directo com forças armadas extremamente evoluídas, tanto em doutrina como em material.

Esse contacto poderá ser um dos principais pontos de partida para uma possível reorganização, modernização e reequipamento militar das Forças Armadas Portuguesas.

Para essa modernização precisaremos também da ajuda da Aliança. Ajuda, porém, não significa, nem pode significar, substituição. A responsabilidade é nossa, e convém ter sempre presente que, se nos é legítimo esperar alguma contribuição dos Aliados, somos nós quem tem a responsabilidade pelas nossas Forças Armadas. Temos que encarar a dura realidade de que tudo depende da capacidade que tivermos de estabilizar as nossas instituições políticas e desenvolver a nossa economia. Portanto, que tudo depende da capacidade de decisão do Estado e da disponibilidade de recursos. Sem isso nunca conseguiremos nada, porque ninguém ajuda a quem não se ajuda a si próprio.

A Aliança não pode, na sua organização actual, dar ajuda militar directa, pois não existem sequer fundos para isso, a não ser em casos muito especiais.

Está em estudo, no entanto, um projecto de criar um fundo destinado ao apoio à modernização das Forças Armadas de Portugal, Grécia e Turquia, e que seria constituído, em princípio, por um por cento dos orçamentos militares dos Aliados.

O projecto, porém, ainda está no seu início, e terá que enfrentar muitas oposições, pois não são poucos os países que têm dificuldades financeiras graves no que respeita às suas próprias forças militares. Além disso, o dinheiro eventualmente conseguido será para dividir por três, e não é de prever que a divisão favoreça especialmente Portugal.

A ajuda que recebemos, quer em dinheiro quer em material, vem de determinados aliados e, nos casos mais importantes, corresponde, na prática, embora não haja um *linkage* directo, a interesses de alguns desses Aliados, que às vezes se não reflectem directamente num quadro puramente NATO.

Como sabem, recebemos ajudas em dinheiro principalmente dos Estados Unidos, Alemanha e, até certo ponto, da França.

Outros países têm dado, e dão, ajuda em material — Canadá, Reino Unido, Noruega, Itália, Países Baixos, Bélgica.

Destas ajudas, as mais importantes podem considerar-se:

- 1.º — Material para a Brigada Mista Independente — carros de combate, carros de patrulha blindados e armamento anticarro.
- 2.º — Parte da modernização da Força Aérea — aviões «A-7», e transportes «C-130».
- 3.º — Diversas contribuições para o programa das fragatas.

Outra área em que recebemos vantagens, e poderemos obter mais, é a das infra-estruturas, e, quanto a essas, existe um fundo comum, para o qual contribuímos, mas de que recebemos muito mais do que pagamos.

Seria longo dar aqui pormenores, mas indicarei as seguintes áreas em que somos ou poderemos vir a ser beneficiados:

#### SICCAP.

Aeródromos (incluindo o de Porto Santo).

Instalações navais.

Telecomunicações.

Ajudas rádio.

Instalações de alerta.

*Pipes-lines.*

Convém ter presente que uma das razões por que não recebemos mais é porque estamos na área do ACLANT e não do ACE, e este dispõe de muito mais que o primeiro para infra-estruturas. Por outro lado, o ACLANT dá prioridade às despesas no Norte, principalmente na Islândia, por se tratar de uma zona em que as ameaças são maiores.

Uma área muito vasta em que os aliados nos poderiam ajudar seria na compra de material militar (uma hipótese muito interessante é a do fabrico de munições de 155 mm, de que há falta), a utilização de instalações nossas para operações de reparação e manutenção, navais e aéreas, a cooperação em projectos de novos armamentos, e o concurso a contratos e empreitadas. Nesta área, porém, também tudo depende muito da nossa própria reorganização e iniciativa. E mais uma vez convirá lembrar que a NATO não compra munições, nem tem barcos para reparar. São sempre os países individuais que o fazem.

Convém, também, lembrar que nem sempre o problema é o de vender. O que acontece muitas vezes é que não temos capacidade para produzir.

Saindo do campo militar, conviria mencionar agora a chamada «revitalização do art. 2.º», que foi, recentemente, objecto de uma iniciativa italiana.

O artigo 2.º poderia, efectivamente, enquadrar um auxílio económico dos aliados, mas as reacções não têm sido muito favoráveis à iniciativa, tendo-se chamado a atenção para o facto de o artigo se justificar na altura da assinatura do Tratado, mas não no presente, quando outros organismos, como a CEE e a OCDE, são competentes para se ocuparem desses assuntos.

Julgo que não devo esquecer o programa científico da NATO (financiado por fundos comuns), que não tem incidência militar ou de defesa, mas decorre também do espírito do art. 2.º É um programa que tem funcionado bem em Portugal, designadamente nos campos da organização de cursos, telecomunicações e recursos hídricos.

### III

Entremos agora num tema difícil, sobre que tenho ideias que estão longe de ser claras para mim próprio e que — e disso estou perfeitamente consciente — não serão aceites por todos. Que vantagens retira a Aliança da nossa adesão?

Antes de mais, a NATO conta com a nossa solidariedade política, o que tem muito mais importância do que, à primeira vista, se poderia supor. Quanto mais coesa politicamente for a Aliança, e quanto mais numerosos forem os países aderentes, maior será a sua força.

A nossa grande contribuição para a NATO é, no entanto, sem dúvida, a nossa posição geoestratégica.

E aqui conviria ter em vista que, pela simples adesão à Aliança, e antes mesmo de se terem em conta as possíveis utilizações daquela posição, o território português é negado ao inimigo provável. Trata-se de uma verdade tão evidente que muitas vezes é esquecida.

Mas a posição geoestratégica de Portugal representa uma contribuição positiva importantíssima para a Aliança que ultrapassa largamente

a sua negação ao adversário — negação que, aliás, podia ser, até certo ponto, garantida por uma simples neutralidade.

Analisemos, com mais pormenor, essa contribuição.

Com os seus três vértices — Portugal Continental, Madeira e Açores — Portugal traz à Aliança uma área de grande valor estratégico, o chamado Triângulo Estratégico Português.

Esse valor resulta de o referido Triângulo controlar uma área vital do Atlântico, aquela por onde passa a grande parte das rotas de tráfego marítimo da África, do Mediterrâneo e das Américas, para a Europa Ocidental. Em período de conflito, ou pré-conflito, nela se encontram também bases e plataformas-chaves para o reforço da Europa (especialmente no sector Sul) e do Médio Oriente, e para a protecção e garantia desse reforço. Convirá lembrar que o reforço do sector Sul representa cerca de 12 por cento do reforço total da Europa.

Do mesmo modo, o Território Nacional terá grandes possibilidades como área de concentração de tropas e equipamentos na retaguarda da primeira linha, em caso de conflito.

Não convirá, no entanto, sobrestimar o valor dessas posições geoestratégicas ou, melhor, concluir que de simples dados geográficos resultam automaticamente vantagens para a Aliança e uma contribuição imprescindível de Portugal.

Em primeiro lugar será preciso ter presente que essa contribuição só se revestirá do seu real valor quando Portugal tiver capacidade de defender com meios próprios os vértices do Triângulo. Em segundo lugar, será necessário dispormos de forças adequadas para retirar da zona em consideração todas as potencialidades que, na verdade, tem para os interesses comuns de defesa dos Aliados. E isso, repito-o, não nos iludamos, só o conseguiremos com os nossos próprios recursos e esforços, completos, sem dúvida, pela ajuda dos outros.

Acrescentarei, e julgo que não estarei sozinho nesta opinião, que a nossa situação geográfica, e a sua valorização, impõem mais especialmente, mas é evidente que não só, o desenvolvimento das nossas forças navais e aéreas.

As forças terrestres são evidentemente fundamentais para a defesa do Território Nacional, mas a sua contribuição para o reforço desta ou

daquela área da NATO, embora apreciada e desejada, nunca será muito significativa.

Precisamos de forças navais *blue water*, para operações de escolta e luta anti-submarina. Precisamos de meios antiminas, que nos garantam a utilização, sem problemas, dos nossos portos. E precisamos de meios aéreos da patrulha marítima.

Estes problemas, aliás, ligam-se à questão da entrada da Espanha na NATO, que não posso deixar de mencionar.

Como todos sabem, a Espanha, depois do referendo recentemente realizado, acabou por decidir continuar na NATO.

Não foi fácil ao Governo Espanhol ganhar esse referendo e, para o conseguir, teve que o fazer no pressuposto de que a Espanha não entraria para a estrutura militar integrada da NATO.

Sou da opinião — mas trata-se de uma opinião pessoal, embora muitos outros a partilhem comigo — de que a presente situação pode muito bem ser transitória e de que, num futuro mais ou menos próximo, a Espanha poderá rever a sua posição e entrar de vez para a estrutura militar.

Para já, no entanto, pareceria à primeira vista que as nossas preocupações estariam afastadas. Não penso que seja assim, e conviria que estivéssemos preparados.

Não posso aceitar a tese, muito generalizada entre nós, de que Portugal teria uma vocação atlântica e a Espanha uma vocação mais continental e atlântica.

As realidades levar-nos-ão a considerar o assunto com cuidado: a costa espanhola atlântica é maior que a nossa, e no Atlântico há mais bases e portos espanhóis que portugueses.

A Espanha tem forças navais importantes e tem uma tradição atlântica e marítima que se tem mantido. A expansão espanhola no Mundo fez-se fundamentalmente através do Atlântico, e a Espanha continua a ter uma política latino-americana muito activa. Nós, infelizmente, parece sermos um País que tem apenas um passado ou uma memória marítima.

Por outro lado, a política árabe espanhola, e em particular neste preciso momento, fará com que a Espanha, sem descurar a sua presença no Mediterrâneo, prefira que essa presença não seja demasiado ligada à NATO.

Nessas circunstâncias, todas as indicações são no sentido de que a Espanha irá privilegiar as suas possíveis ligações ao ACLANT, e não ao ACE, na contribuição militar que, mesmo fora do sistema de comandos, esteja disposta a dar à Aliança.

Sempre me pareceu que empolamos demasiado o problema dos comandos. Não que o problema não seja importante, e é evidente que tem implicações políticas e militares importantíssimas para nós.

Mas não é o problema principal como, certamente, vamos verificar neste momento em que o problema, formalmente, não se põe.

O problema é que as posições estratégicas de Espanha e de Portugal não são tão diferentes, ou complementares, como se poderia pretender. De certo modo, fazendo o elogio do valor das nossas posições estratégicas, temos feito o elogio das posições estratégicas espanholas. E o problema, acima de tudo, é que a Espanha, dotada de importantes meios militares, pode fazer valer essas posições, e Portugal não.

Ocupei-me, até agora, do valor absoluto da nossa posição geoestratégica, sobre o qual não haverá muitas diferenças de opinião.

Não acontecerá o mesmo, porém, no que diz respeito ao seu valor relativo.

Aí — e porque pensamos nas vantagens que a Aliança tira da nossa adesão, e das compensações que poderíamos obter — será forçoso ter em consideração a avaliação das ameaças por parte da Aliança, mesmo se não concordarmos com essa avaliação.

É natural, e julgo que o não discutimos, que a ameaça principal, e portanto os meios de a combater, se localiza na zona do Centro. Logo a seguir vêm as zonas do Norte e do Sul e, num terceiro escalão, as zonas de retaguarda, a Grã-Bretanha e Portugal, ou, se quisermos, a Península Ibérica.

Para a Aliança — e isso é um facto, não discuto se fundamentado ou não — dessas zonas de retaguarda a Grã-Bretanha é a mais importante, quer como potência militar apreciável, quer como plataforma para o reforço rápido da Europa Central, quer, também, como país que, embora insular, está, pela sua situação geográfica, sujeito a maiores riscos. Haverá, evidentemente, que ter em conta, também, se se tratará de um conflito curto, ou mais prolongado. As apreciações serão diferentes...

Podemos dizer, e com razão, que a nossa posição estratégica é fundamental; mas, em caso de conflito, como sabemos, até quanto ao que é fundamental se estabelecem prioridades.

Ouvimos, muitas vezes, comentar a diferença de tratamento que a Turquia, por exemplo, recebe em relação a Portugal. Mas a Turquia defende um terço da fronteira terrestre entre a NATO e o Pacto de Varsóvia, controla o acesso ao Mediterrâneo, e está situada no caminho de uma possível penetração da União Soviética em direcção ao Próximo e ao Médio Oriente.

Tem, além disso, 300 000 homens em armas.

Quanto a contribuições mais definidas para a Aliança poderemos dar a seguinte lista, que é exemplificativa:

- Brigada Mista Independente para reforço do flanco Sul (Norte de Itália).
- Utilização de aviões de ataque e de transporte para apoio à Brigada (em estudo).
- Participação de unidades da Armada na Força Naval Permanente no Atlântico (STANAVFORLANT).
- Facilidades em aeródromos e instalações portuárias.
- Facilidades para treino.

#### IV

Para terminar gostaria de fazer algumas poucas considerações sobre certos aspectos da nossa relação com a Aliança, que me parece deviam ser rectificadas e examinadas com cuidado de forma a podermos enfrentar da melhor maneira os problemas que se nos levantam.

Devemos ter sempre presente que, enquanto não reorganizarmos e reestruturarmos todos os principais elementos constitutivos da nossa defesa nacional, desde a própria doutrina de defesa aos ministérios envolvidos e às Forças Armadas, e não modernizarmos e reequiparmos estas últimas, nos será difícil ter um papel de relevo na Aliança.

São assuntos que têm que ser resolvidos internamente e a sempre alegada falta de ajuda por parte dos Aliados não pode servir-nos de desculpa.

Quanto às Forças Armadas em particular, falei em modernização e reequipamento que não sei se serão possíveis sem previamente enca-

rarmos de frente os problemas da sua reestruturação e redimensionamento.

Estou a entrar aqui num campo sobre o qual não tenho suficiente informação e conhecimento, mas parece, à primeira vista, ser difícil queixarmo-nos de falta de equipamento quando gastamos tanto com pessoal.

É imperioso termos um papel mais activo nos processos de discussão e de decisão dentro da Aliança.

Isso depende, acima de tudo, de termos uma visão mais clara e alargada dos problemas aliados, depende da capacidade para os estudarmos e analisarmos, depende de termos os mecanismos adequados de resposta, que nunca será possível sem um Ministério de Defesa em funcionamento normal.

Depende, também, do número de portugueses que tivermos na NATO, quer como funcionários internacionais, quer como oficiais nossos, quer no secretariado militar internacional, quer junto dos comandos.

Não se pode dizer que esse número seja baixo em comparação com países de dimensão semelhante, mas com certeza poderia ser mais elevado.

Conviria identificar as áreas em que nos conviesse ter pessoas nossas, e apresentar candidatos, segundo um plano devidamente estudado. O que acontece muitas vezes — e isto aplica-se não só à NATO, mas a todos os organismos internacionais — é que não escolhemos candidatos, limitamo-nos a esperar que apareçam candidaturas.

Não poderemos esquecer a necessidade de acompanhar os assuntos desde a nascença, e aí a presença de portugueses nos secretariados será fundamental. Na maioria das vezes, quando um assunto chega a uma instância superior para decisão final, já está na prática decidido na fase de preparação e de elaboração de propostas de solução.

Precisamos de manter abertos os espíritos ao exame e avaliação de conceitos e realidades, muito faladas mas pouco discutidas. Já me referi a muitos exemplos, tais como a natureza e o valor das posições geoestratégicas portuguesas, as ameaças que poderemos ter que enfrentar, a vocação atlântica especial de Portugal, o papel da Espanha na Aliança.

Deveríamos analisar em profundidade a distinção, que é fundamental, entre as nossas relações com a NATO em geral e alguns países aliados em particular, designadamente os Estados Unidos. É frequente fazerem-se confusões entre os interesses desses países, e os interesses da NATO. A propósito deste último ponto, e pensando na relação, nem sempre fácil,

entre as componentes norte-americana e europeia da Aliança, haveria que examinar com cuidado, e a todo o momento, o nosso posicionamento, designadamente tendo em vista a nossa doutrina tradicional a respeito da potência marítima, não nos deixando impressionar sistematicamente pela «componente europeia».

Aliás, devemos ter presente que, a partir do princípio do ano, estamos já a tomar parte no processo de consulta política da CEE que não coincide sempre com a consulta política da NATO.

Não esqueçamos que Portugal deve contribuir para a NATO, tanto com posições estratégicas, como com meios de defesa. Não é, portanto, totalmente lógico pedir que as primeiras nos sejam pagas (embora sob a forma de ajuda) com os segundos.

Aliás, todo o problema das ajudas ou, como muitas vezes se diz com menos felicidade, das contrapartidas, é um assunto de extrema delicadeza, e que pode, a longo prazo, ter incidências muito importantes.

Não me parece que, em princípio, e como país soberano, Portugal possa dar facilidades em troca de contrapartidas. Portugal, como país soberano, dará ou negará aos países aliados as facilidades que entender segundo o seu próprio bom critério, não a troco seja do que for. A distinção poderá ser subtil, mas não deixa por isso de merecer meditação.

Finalmente, temos de nos convencer da necessidade absoluta de apresentarmos uma frente nacional única nas nossas relações com a NATO e com os diversos países aliados considerados individualmente. Sem união e sem coerência nada conseguiremos. Enquanto houver diferenças de opinião, ou falhas de coordenação, ou elas forem perceptíveis, entre forças partidárias, entre ministérios, entre os diferentes ramos das Forças Armadas, entre o Continente e as Ilhas (para só falar em algumas) sobre assuntos que interessam a todos, jamais seremos capazes de alcançar os objectivos que pretendemos.

Muito se poderá conseguir com um maior esforço de harmonização e coordenação.

Mas no campo da unidade externa é imprescindível a orientação superior do poder político, a sua autoridade e a sua capacidade de decisão.

*Vaz Pereira*

Embaixador de Portugal junto da Aliança Atlântica